



O PETROLEIRO

62 anos
Em defesa do Brasil
e da Petrobras

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA

NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO!

SINDICALIZE-SE EM NOSSO SITE SINDIPETROLP.ORG.BR OU APLICATIVO SINDIPETROLP

EDIÇÃO 134 MAR DE 2021

Uma mobilização necessária

Petroleiros de todo o país se mobilizam por uma grande Greve Nacional

A gestão Castello Branco, ainda no controle da empresa, segue conduzindo a privatização de refinarias e outros ativos da Petrobrás. Enquanto reduz carga de produção nas refinarias, vende os campos do pré-sal e aumenta quase que semanalmente o preço dos combustíveis, provocando aumento nos produtos da cesta básica, Castello Branco negocia a Refinaria Landulpho Alves (Rlam) e outras, ameaçando a soberania nacional e centenas de empregos.

A privatização da Rlam resultou na greve organizada pela FUP, que no dia 17 de março entra no 13º dia. Além da Rlam, outras bases da FUP estão mobilizadas, denunciando os impactos das privatizações nas condições de trabalho e segurança. São elas a Refinaria de Manaus (Reman), as unidades da Petrobrás no Espírito Santo e as bases operacionais representadas pelo Sindipetro Unificado de São Paulo.

Nas bases da FNP não é diferente, as mobilizações por pautas específicas e em preparação para uma greve nacional contra as privatizações e aumentos dos combustíveis têm motivado os atos nas cinco bases que compõem a federação nacional.

Nem mesmo os aposentados e pensionistas estão fora dos ataques de seus direitos. O equacionamento do déficit da Petros tem prejudicado sobremaneira a categoria, que ainda tem que enfrentar o aumento da participação da AMS, que neste ano foi para 40% e em 2022 vai para 50%. Vale lembrar que a AMS está sendo preparada para ir para as mãos de uma empresa privada, que dividirá com a categoria qualquer prejuízo que venha a sofrer.

Motivos não faltam para uma mobilização nacional, e a prova maior do descaso da gestão Castello Branco é, passado um ano do início da pandemia no



Brasil, ver mobilização da categoria para cobrar o básico no controle do coronavírus. Nas bases da FNP, o tema é unanimidade: faltam máscaras para a força de trabalho, melhoria e ampliação das testagens do vírus, teletrabalho para a parcela da categoria que não seja estritamente necessária a presença física nas unidades, abertura de restaurantes para desafogar os que estão gerando aglomeração, dentre outros.

Embora a pandemia esteja servindo de cortina de fumaça para encobrir outros desmandos das gerências, a categoria petroleira está atenta e insatisfeita, de forma geral, pelo sucateamento de setores e pela falta de atenção as demandas por concurso para reposição do efetivo, diminuído pelos PIDVs.

Precisamos ganhar a narrativa junto à sociedade em defesa da Petrobrás e contra a precificação em dólar dos combustíveis.

Diante desse quadro, a resposta da categoria petroleira deve ser somente uma: Greve Nacional, com todos os trabalhadores petroleiros envolvidos em defesa do emprego, contra a privatização, o sucateamento do Sistema Petrobrás, contra a paridade dos preços dos combustíveis ao mercado internacional e contra o aacheque da categoria, em forma de retirada de direitos, benefícios e negligência no combate ao coronavírus.



Baixe o aplicativo Sindipetro LP e fique por dentro do que acontece no Sindicato! Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e instale já !



Android



iOS

Artigo

Com um dos menores custos para produzir derivados das últimas décadas, preços praticados pela Petrobrás batem recordes

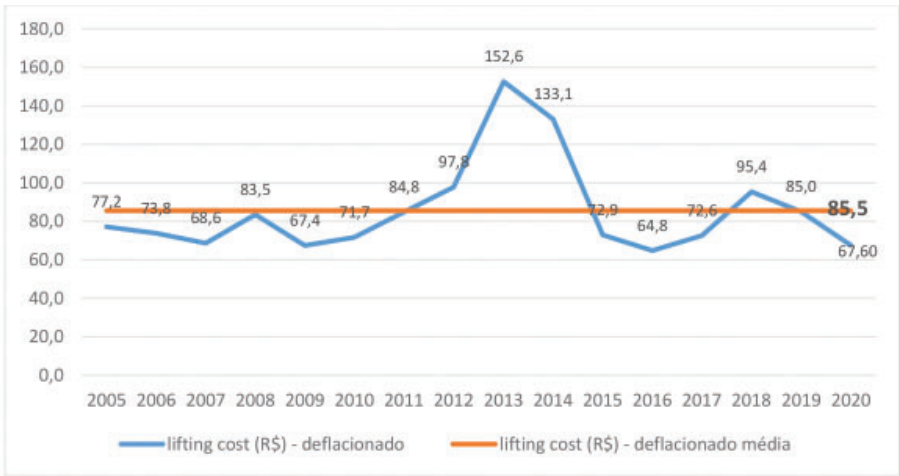
Por Eric Gil Dantas, economista do Ipeps é doutor em Ciência Política

Vivemos um momento delicado na Petrobrás, afinal de contas está difícil convencer a população de que os preços praticados nas bombas e nas revendas fazem sentido. A mando do deus Mercado, a estatal adota uma política de preços que não tem lastro na economia real, aquela praticada no plano terreno, sem sabores e des-sabores de especuladores que vivem como parasitas em bolsas de valores e de futuros. Falo daquela economia em que preços são formados por uma operação simples: custos mais um lucro (“normal”), com uma variação dentre o quanto as pessoas demandam e ofertam produtos dentro de um mercado, estabelecido no tempo e no espaço (mas não numa ficção global).

Já tratamos em diversos textos sobre a subida de preços da gasolina, do diesel e do GLP. Neste abordaremos um outro aspecto, os custos da estatal para extrair e refinar seus derivados, e como isto vem totalmente na contramão da subida absurda dos preços dos derivados de petróleo.

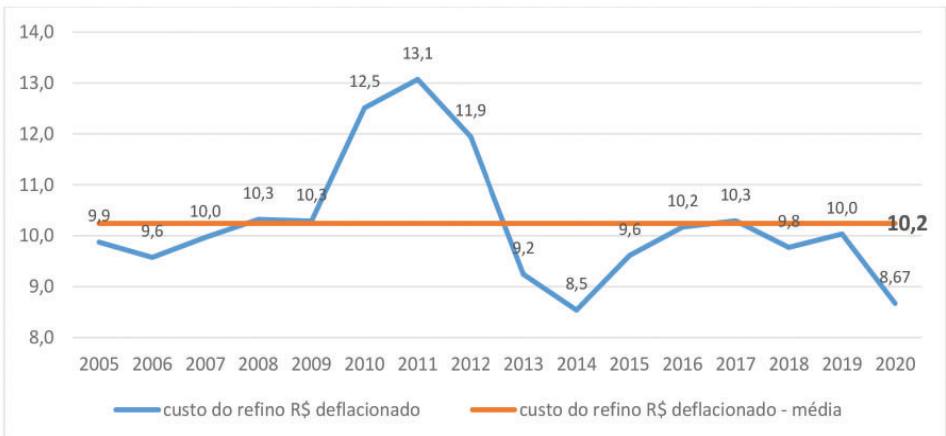
O primeiro custo que chamamos atenção é o da extração do petróleo. A descoberta do pré-sal e a sua atual exploração comercial está permitindo uma queda nos custos de extração da Petrobrás, o chamado “lifting cost”. Os custos de produção no pré-sal são 65% menores do que a extração em terra, águas rasas, águas profundas e ultra profundas. Como o volume de óleo do pré-sal vem aumentando exponencialmente, o custo total de extração vem caindo no país. Como nos últimos anos a Petrobrás não publica mais seu custo de extração em reais, mul-

Gráfico 1 – Custo de extração de petróleo por barril em reais de dezembro de 2020



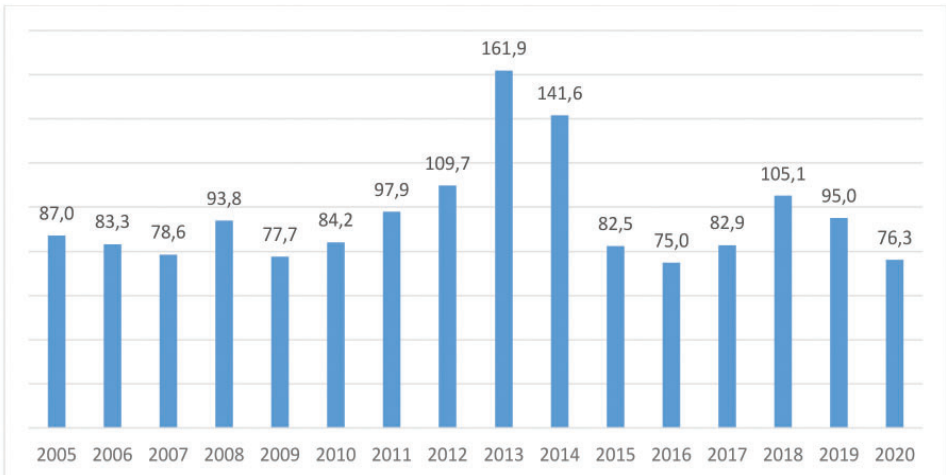
Fonte: Petrobrás; IBGE [Elaboração própria]

Gráfico 2 – Custo de refino por barril em reais de dezembro de 2020



Fonte: Petrobrás; IBGE [Elaboração própria]

Gráfico 3 – Custos de extração mais os custos de refino por barril da Petrobrás em reais de dezembro de 2020



Fonte: Petrobrás; IBGE [Elaboração própria]

tipicamos o seu custo pelo dólar médio de venda, todos estes dados apresentados nos resultados financeiros da empresa. No ano de 2020, a Petrobrás teve um custo de extração de R\$17,94 menor do que a média dos últimos 16 anos, e só em 2009 a estatal teve um custo de extração inferior ao atual. (Gráfico 1)

Outro custo importante a ser analisado é o de refino. Publicado trimestralmente pela Petrobrás, o “custo de refino” em 2020 também ficou muito abaixo da média histórica, também tendo apenas um ano (2014) com um custo mais baixo do que o de 2020. Com o custo 15% abaixo da série histórica, também tivemos o aumento da participação de óleo nacional na carga processada pelas refinarias da estatal, o que faz com que os efeitos do câmbio diminuam. (Gráfico 2)

Agora façamos um último exercício, somemos o custo de extrair petróleo e de refinar esse óleo gerando gasolina, diesel, gás de cozinha, dentro outros. Como podemos ver, 2020 é o ano com o segundo menor custo para produzir combustíveis e gás de cozinha na Petrobrás, ao menos desde 2005. Ou ainda, um custo 20% inferior ao da média destes últimos 16 anos. (Gráfico 3)

Se produzir gasolina, diesel e GLP no Brasil está mais barato, por que temos que pagar mais caro por estes produtos? Por que na maior crise econômica da história deste país, temos que pagar o preço da gasolina que não víamos desde a primeira metade da década de 2000? Vejamos se o deus Mercado, através de seus vários “empregados”, nos convencerão.

Ataques de todos os lados

P-67 pune operadores por vazamento de diesel no mar ocasionado por erros de gestão

Dois operadores da plataforma P-67 foram punidos com suspensão de três dias, por um acidente que causou o vazamento de 148m³ de diesel no mar. O acidente ocorreu no dia 16 de agosto de 2020 e somente os operadores foram punidos, enquanto todos os erros de gestão da operação foram ignorados. O acidente aconteceu após operação de passagem de mangote para barco de apoio, para recebimento de diesel.

Conforme apurou o Sindipetro-LP, antes do embarque da equipe que sofreu o acidente, o Coordenador e Geplat decidiram realizar a troca de um dos trechos do mangote de diesel, que estava danificado, por um trecho de mangote para água, sem que fosse realizado gestão de mudança. Na ocasião, a equipe que estava a bordo alertou o coordenador que a mudança não seria adequada, mas mesmo assim deu ordem para fazer. Apesar dos alertas, o mangote foi trocado, no entanto a mudança não foi reportada a todos os integrantes da equipe que estava de folga.

Diante dos fatos apurados pelo sindicato, está claro que o acidente foi causado justamente pela negligência do Coordenador e Geplat, que ignoraram os alertas da troca do mangote por outro não adequado, além de nada terem feito quanto ao problema da iluminação precária da embarcação, que aliás

não é novo. No dia 26 de junho de 2019 um marinheiro se acidentou no local da estação de recebimento de diesel, justamente por conta da falta de iluminação.

A movimentação começou às 17h27, com a passagem do mangote para o rebocador e às 19h30 foi iniciado o bombeamento de óleo diesel para a P-67.

De acordo com o relatório de incidente do ocorrido, foram feitas duas conferências de volume bombeado, às 20h e às 21h, quando foi verificado incoerência dos dados. Nesse momento o operador solicitou que o marinheiro verificasse o fluxo de Diesel, e caso não ocorresse fluxo, procurasse por manchas de óleo no mar, mas como havia pouca iluminação da estação de bombeamento, não foi possível detectar vazamento. Sem visibilidade, o marinheiro percebeu cheiro de óleo diesel no local e às 21h17 solicitou a paralisação do bombeamento. Às 21h35 foi localizado o dano no mangote.

Foi solicitado também ao operador da Praça de Máquinas que conferisse o instrumento que media vazão localmente, pois em outros momentos já houve divergências entre os dados locais e os apontados no painel de controle.

A operação realizada à noite e que causou o vazamento foi autorizada pelo Coemb e Geplat, com ambos sabendo das condições precárias de iluminação, que inclusive continuam, sem



qualquer atuação da gerência em instalar luminárias.

Acidente modificou padrão nas plataformas

Após as investigações do acidente, a empresa apresentou um documento contendo instruções adicionais para recebimento de diesel nas plataformas, responsabilizando o gerente e coordenação por operações de recebimento de diesel durante a noite. Em nenhum dos itens adicionais se observa alguma ação que os operadores punidos tenham falhado.

Além de especificar que movimentações com diesel à noite só com autorização do Geplat ou Coordenador, o comunicado deixa claro que a plataforma deve manter a iluminação adequada em toda extensão do mangote

durante as operações; há recomendação de aumento da comunicação entre sala de controle do FPSO e a embarcação a cada 30 minutos; acompanhamento integral do operador durante toda operação de passagem de óleo diesel, dentre outros.

Vale lembrar que as punições estão sendo aplicadas aos operadores sem mesmo apontarem as falhas que causaram o acidente. Na justificativa para punição do trabalhador que passou o mangote, fez a inspeção e assinou a lista de verificação, a empresa alega que ele não ficou até o final da operação, por estar na troca de turno, quando na verdade ele continuou até o final das manobras, juntamente com o operador da troca de turno. Para o operador da sala de controle, a

suspensão foi justificada por ele não ter feito acompanhamento contínuo da vazão do recebimento de óleo. Destaca-se aqui a covardia da gerência da plataforma, que aguardou que um dos petroleiros punidos terminasse o último turno de embarque para só então dar a suspensão.

Foram tantos erros cometidos pela gestão que todo procedimento teve que ser atualizado. Se o acidente fosse hoje, com as instruções adicionais, a culpa pelo acidente recairia sobre a gestão da plataforma, mas somente os trabalhadores do chão de fábrica estão sendo punidos.

O Sindipetro-LP está acompanhando o caso e irá cobrar reparação da punição aos trabalhadores prejudicados e responsabilização dos gestores envolvidos.

Atenção, sócios (as)!

Em virtude da fase emergencial, Sindipetro-LP suspende atendimento presencial na sede, subsede e delegacia sindical

Começou no dia 15 de março a fase emergencial do Plano São Paulo, a mais restritiva contra a covid-19 adotada pelo governo do Estado de São Paulo. Com a nova determinação os serviços não essenciais não poderão funcionar até o próximo dia 30 de março ou nova determinação. Diante disso, o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista mantém a suspensão do atendimento presencial na sede, subsede e Delegacia Sindical.

Os funcionários do Sindicato estão trabalhando em sistema de home office e continuarão dando suporte via celular e e-mail para os associados. **Vale ressaltar o horário de expediente permanece o mesmo da sede e subsede, de segunda a quinta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h e às sextas-feiras das 8h às 12h e das 13h às 17h.**

Os serviços oferecidos podem ser agendados de duas maneiras: por meio eletrônico ou agendamento via aplicativo do Sindipetro-LP. O agendamento via aplicativo é bem fácil. O associado acessa o aplicativo, usando o cpf e número de matrícula, e agenda o dia e horário que deseja ser atendido. Na data estipulada um dos nossos profissionais, da sede ou da subsede, entrará em contato, via telefone, para realizar o atendimento. O aplicativo SindipetroLP pode ser obtido no Play Store ou na Apple Store.

O Departamento de Aposentados e Pensionistas de Santos estará atendendo via whatsapp (13) 9.9654-8477 ou telefone (13) 3202 1105 ou através do e-mail dap@



- Secretaria - (13)99137-7922 e (13) 3202 1102 - secretaria@sindipetrosantos.com.br / secretaria2@sindipetrosantos.com.br
 - Departamento de Imprensa - (13) 99137-8145 e (13) 3202 1104 - imprensa@sindipetrosantos.com.br
 - Recepção - (13) 99732 2709 e (13) 3202 1100 - ambulatorio@sindipetrosantos.com.br
 - Departamento Financeiro - (13) 99164-2562 e (13) 3202 1103 - financeiro@sindipetrosantos.com.br / contabil@sindipetrosantos.com.br

sindipetrosantos.com.br. Já no Litoral Norte o atendimento é feito somente através do whatsapp (12) 98176-8647.

O setor de psicologia realizará as sessões de terapia através do telefone (13) 99138-2484. Os horários de agendamento podem ser reservados via aplicativo ou whatsapp. No horário programado a profissional entrará em contato e realizará a sessão pelo período de 45 minutos. A psicóloga também estará recebendo e-mail psicologa1@sindipetrosantos.com.br.

O Departamento Jurídico, na sede, irá fazer consulta processual e agendamentos com os advogados através do whatsapp (13) 99141-0883, (13) 98202 - 2009 ou (13) 3202 1101, aplicativo ou no e-mail [santos.com.br.](mailto:juridico@sindipetro-</p>
</div>
<div data-bbox=)

O atendimento com o nosso corpo jurídico também será feito somente via telefone. Os profissionais entrarão em contato com os associados nos horários agendados. No Litoral Norte a funcionária Luana ficará responsável pelo suporte jurídico aos associados através do whatsapp (12) 98187-7378 ou do e-mail juridicosse@sindipetrosantos.com.br.

O atendimento, na sede e subsede, será presencial apenas em caso de homologação que seja complexa, mas a situação será analisada previamente.

O atendimento da nossa assistente social também pode ser programado através do aplicativo SindipetroLP ou através do celular/whatsapp (13)99141-0578

ou (13) 3202 1100. O e-mail para contato é servicosocial@sindipetrosantos.com.br. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das 9h às 15h.

O atendimento médico e ambulatorial está sendo feito em forma de plantão, mas não serão agendadas consultas e nem aferição de pressão e glicemia. O atendimento odontológico será em regime de sobreaviso e será acionado exclusivamente em caso de emergência.

Os demais setores, vide lista no box, também realizarão atendimento via whatsapp e e-mail:

O estacionamento no Centro de Santos continuará funcionando normalmente de segunda a sexta-feira das 7h às 19h e aos sábados das 7h às 13h. A diretoria também evitará comparecer

à sede e subsede, setoriais, mas continuará seguindo plantão telefônico (clique aqui) e estará presente nas unidades sempre que for necessário.

É importante destacar que se houver necessidade de atendimento presencial, com qualquer um dos nossos profissionais, este deverá ter autorização e agendamento prévio e com isso, poderemos ter o máximo de cuidado possível.

Entendemos ser esta a melhor opção neste momento delicado, buscando nos proteger e proteger nossos trabalhadores (as). Agradecemos a compreensão de todos e permaneceremos com o compromisso de manter a categoria informada sobre novas providências.

Agende já

Serviço de declaração de Imposto de Renda já está disponível para associados e associadas

Os associados do Sindipetro-LP, conforme estabelecido pela Receita Federal, tem até o dia 30 de abril (sexta-feira) para fazer a declaração de Imposto de Renda na sede e subsede do Sindicato. Como já é tradição, o sindicato disponibilizará o serviço para associados (as). Esse ano quem fará o atendimento é a Contabilidade OCT Excel que já prestou o mesmo serviço em 2017. A empresa ganhou licitação e mantém os mesmos padrões de qualidade oferecidos nos períodos anteriores.

Com o lockdown o serviço Declaração de Imposto de Renda está sendo feito por meio eletrônico ou presencial com todos os protocolos de segurança. A preferência é que o associado ou associada encaminhe a documentação via e-mail e agende um horário para falar ao telefone com o contador.

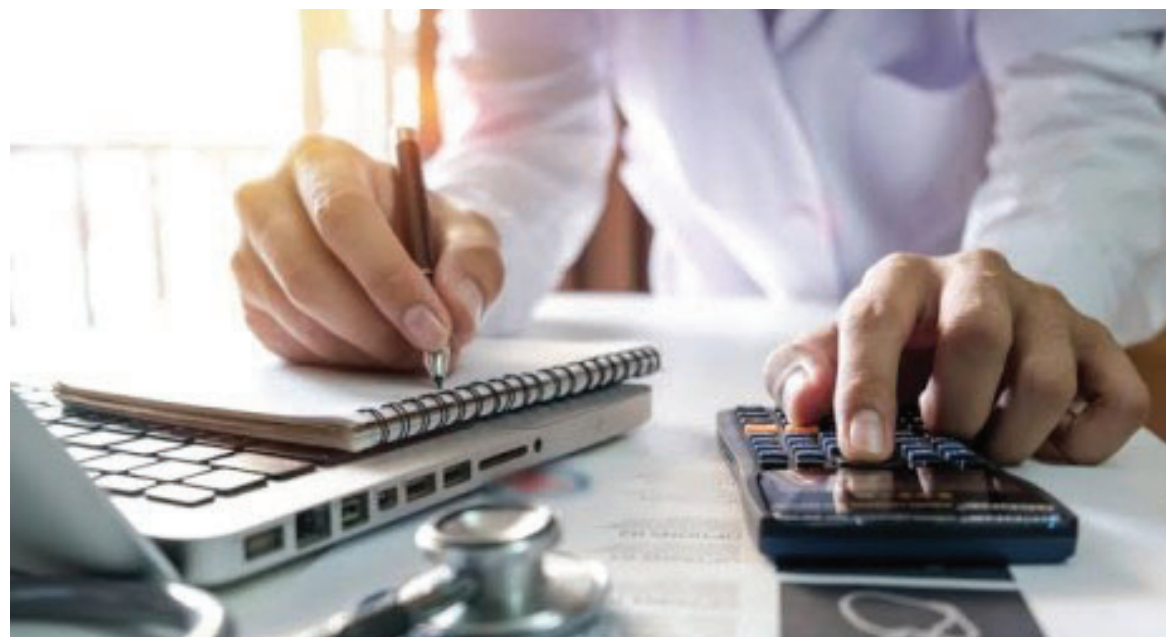
O agendamento pode ser feito através do telefone da sede (13) 3202 1100 ou via aplicativo do Sindipetro-LP. O associado que escolher atendimento eletrônico deve enviar a documentação através do e-mail irpf@sindipetrosantos.com.br. As dúvidas podem ser sanadas através do telefone (13) 3202 1100. O horário de atendimento da re-

cepção e para elaboração do IR é de segunda a quinta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h e às sextas-feiras das 8h às 12h e das 13h às 14h.

No Litoral Norte o atendimento é feito presencialmente, através do e-mail soniacontadora12@gmail.com ou whatsapp (12) 99122 9274. O horário é de segunda a sexta-feira das 9h às 12h. O agendamento deve ser feito através do whatsapp (12) 98187-7378 ou através do telefone da subsede (12) 3892 1484. O agendamento através do telefone fixo acontece das 9h às 12h.

O declarante deve enviar cópia digitalizada dos informes de rendimentos dos bancos, informe de rendimentos emitido pela empresa (Petros e INSS para aposentados), a última declaração do IRPF e caso tenha realizado transações de imóveis – compra ou venda – em 2020, deve trazer um comprovante. Quem recebeu ações trabalhistas ou outros valores judicialmente, devem juntar os recibos à documentação. O contribuinte que tem imóvel a declarar no imposto deve enviar também a escritura definitiva e o carnê do IPTU.

Só é considerado declarante quem se enquadra nos seguintes



questos:

- Contribuintes que receberam rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma tenha sido superior a R\$ 40 mil no ano passado;

- Quem obteve, em qualquer mês de 2020, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas (devem solicitar na sua corretora os Informes de rendimentos

e as notas de corretagem);

- Quem tinha, até 31 de dezembro de 2020, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300 mil;

- Quem optou pela isenção do imposto incidente em valor obtido na venda de imóveis residenciais cujo produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no país, no prazo de 180 dias, contado da celebração do contrato de venda.

- Quem realizou qualquer tipo

de operação na Bolsa de Valores ;

- Quem recebeu rendimentos tributáveis anual a partir de R\$ 22.847,76 também contando com o Auxílio Emergencial, sendo que desta forma também ficará obrigado a declarar IR este ano.

- Quem vendeu imóveis e tenha ou não apurado Ganho de Capital

Não deixe para a última hora!
Como existe muita procura se o associado deixar para a agendar o final do prazo pode correr o risco de não ser atendido.

Clube Cepe 2004 pede socorro!

O caos financeiro gerado pela pandemia do novo coronavírus chegou até o Clube Cepe 2004. A falta de eventos e a redução do quadro associativo gerou instabilidade financeira no caixa do clube. Por isso, estamos encabeçando uma campanha para aumentar o número de sócios e garantir a continuidade e tradição do clube mais familiar de Santos. A ação é direcionada a petroleiros próprios e terceirizados, comunidade do entorno e em geral mediante indicação de associado petroleiro.

Os interessados devem entrar em contato com o Cepe através do telefone (13) 3261-2004 e pedir a ficha de associação ou baixar a ficha no site sindipetrolp.org.br. Para ficar sócio também é necessário foto 3x4 do titular e dos dependentes; cópia do RG, comprovante de residência e CPF, tanto do titular quanto dos dependentes e cópia de certidão de casamento do dependente. Os documentos podem ser entregues pessoalmente ou através do e-mail cepe2004@terra.com.br ou cepe2004@gmail.com.

Diretoria 2021/2024

Apenas uma chapa se inscreve para eleição do Sindipetro-LP

Encerrou no dia 12 de março às 17h o prazo de inscrição de novas chapas para concorrer para nova diretoria do Sindipetro-LP triênio 2021/2024. Assim, apenas a chapa da situação, composta por parte da atual diretoria e outros 13 novos membros, está inscrita.

Agora, os próximos passos do pleito para a nova diretoria serão anunciados em breve pela comissão eleitoral. Apresentamos aqui a Chapa 1, formada pela maioria dos diretores atuais do Sindipetro-LP e 13 novos membros.

Esta é a segunda eleição seguida em que apenas a chapa da situação concorre. A atual gestão tem reconhecimento da categoria por sua jornada marcada por greves, mobilizações e de influência na reorganização da classe sindical no Litoral Paulista e em âmbito nacional, não apenas da categoria petroleira.

A Chapa 1 agrega ao trabalho desenvolvido nos últimos seis anos a renovação de seu quadro, apresentando novas forças, que sempre atuaram na luta em defesa dos trabalhadores e em mobilizações sociais por Saúde, Trabalho Educação, dialogando com a sociedade sobre a importância da união de todos para o bem comum.

Mais uma vez, a Chapa 1 buscou juntar à diretoria

companheiros oriundos de todas as unidades do Litoral Paulista, para que com essa representatividade tenhamos uma visão geral, ou o mais próximo possível dos complexos problemas que a categoria enfrenta.

Com essa configuração, a Chapa 1 vem com a proposta de fortalecer o trabalho de base e a busca pela unidade da categoria, demonstrando que a defesa por uma empresa integrada também se aplica à organização da luta.

Afinal, apesar de todas as particularidades de cada base e setor, ativos, aposentados, pensionistas, trabalhadores do ADM e turno, somos todos petroleiras e petroleiros, somos os trabalhadores que formam essa tradicional e combativa categoria.

Sabemos que a conjuntura nunca foi tão adversa quanto antes, apesar de os últimos seis anos terem sido os mais duros enfrentados pela classe trabalhadora. No entanto, os ataques aos direitos trabalhistas virão ainda com a justificativa de que são necessários como medidas para conter a crise gerada pela pandemia do novo coronavírus.

Além do vírus, temos na presidência o genocida Bolsonaro, quem sem competência e empatia tem relegado ao povo brasileiro o desemprego, redução de direitos, morte e desespero.

NOVOS INTEGRANTES



ALEXANDRE

Alexandre de Lima Tebar



RAMALHO

André Alves Ramalho Alemoa



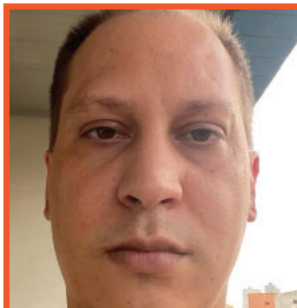
MARROCHI

Bruno Camargo S. Marrochi RPBC



CLAUDEJANE

Claudejane M. T. Barbosa Aposentada - Suplente do Conselho Fiscal



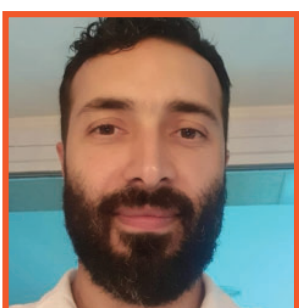
DEINIS

Deinis Alves de Sousa P - 67



MASUZZO

Eberton Masuzzo RPBC



EDERSON

Ederson Nunes da Conceição Tebar



CELESTINO

Gilberto Barbosa Celestino EDISA/PMB



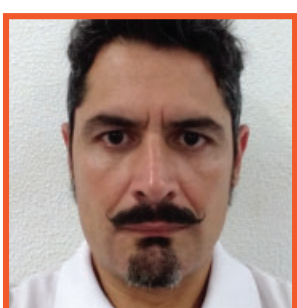
GIBA

Gilberto C. da Conceição Alemoa



ICARO

Icaro Araujo e Silva Plataforma de Merluza



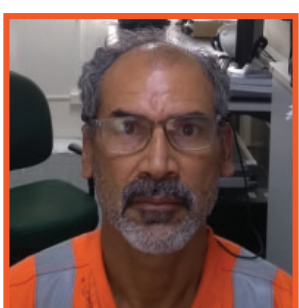
BENTO

Jefferson Marcelo Bento UN-BS/SMS



CARDIM

Lucio Cardim Pilões



VALDEMAR

Valdemar Barbosa do Amaral UTGCA

Conheça os membros da atual Diretoria do Sindipetro-LP que fazem parte da Chapa 1



Adaedson Costa
RPBC



Aleksei Correa Neves
RPBC



Armando Carlos Munford
Aposentado



Artur Tavares Ramos
RPBC



Célio Cardoso da Silva
Aposentado - Titular de
Conselho Fiscal



Cesar Augusto Francisco
RPBC



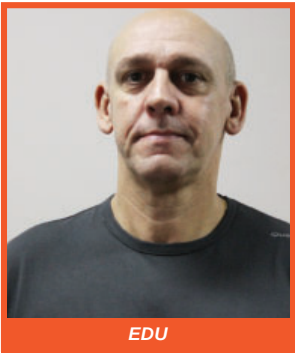
Cristiano M. das Neves
UN-BS/Edisa - Titular do
Conselho Fiscal



Douglas Alberto Braga
Aposentado



Edmilson Carmelito
UTGCA - Suplente do
Conselho Fiscal



Eduardo Soares Freire
RPBC



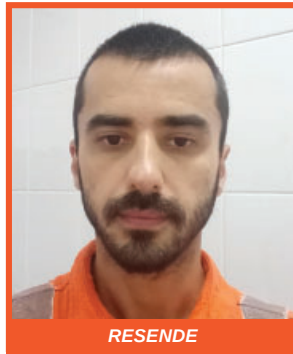
Eli da Silva Ferreira Júnior
RPBC



Fábio Alexandre P. Loureiro
RPBC



Fábio Antonio A. dos Santos
UN-BS/Edisa



Fábio Augusto Resende
RPBC - Suplente do
Conselho Fiscal



Fábio José R. de Mello
UTE - EZR



Fabíola Carreira Calefi
UTE - EZR



Maícon Manoel Correa
RPBC



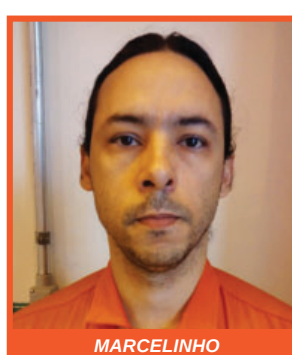
Marcelo Calório Augusto
RPBC



Marcelo Juvenal Vasco
RPBC



Marcelo da Silva dos Santos
UTGCA



Marcelo Silva de Lima
UTGCA



Marcio André da Silva
Tebar



Marcus Cardoso
UN-BS/Edisa



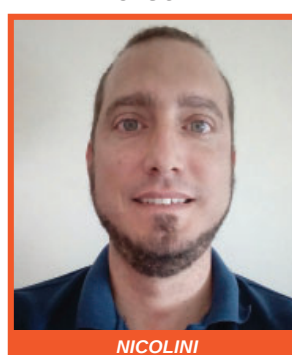
Paulo Roberto da Silva
Aposentado - Titular do
Conselho Fiscal



Pérciles Augusto de Freitas
RPBC



Roberto Hermogenes Ribeiro
Tebar



Tiago Nicolini Lima
UTGCA

Artigo - Por Ronaldo Tedesco*

Sobre o Plano Petros 3

Informações mais recentes

O período de opção pelo PP-3 começou em 2 de março. Durante 30 dias, até 31 de março, ativos e assistidos do PPSP-R e do PPSP-NR da Petrobras poderão optar voluntariamente pela migração para o novo plano de contribuição definida.

- A Petros vai disponibilizar um simulador para expor diferentes cenários, permitindo a escolha do tipo de recebimento de benefício, da data de aposentadoria ou do percentual de contribuição.
- A data-base de recálculo dos valores de referência para a migração foi fixada em 31/01/2021.
- Ao migrar, o ativo ou assistido terá de renunciar a ações judiciais contra os PPSPs (NR e R). Isso é um pré-requisito para a migração.
- Será preciso firmar também o Termo de Opção pelo PP-3, que é onde o participante define de fato as escolhas em relação ao novo plano, como forma de recebimento de benefício, opção ou não pelo saque de até 15% do saldo de conta em relação de beneficiários.

É importante destacar que a migração para o PP-3 encerra todo e qualquer vínculo com o plano de origem.

- Após optar por migrar, com o envio do Termo de Opção, o ativo ou assistido que tiver escolhido o PP-3 não poderá desistir da migração e a escolha não poderá ser alterada após a finalização da opção pela migração.
- Embora a opção pelo PP-3 implique renúncia de todos os direitos no plano de origem, até a efetivação da migração, o participante terá que cumprir todas as obrigações no PPSP-R ou no PPSP-NR e continuará também com todos os direitos originais resguardados até o início das operações do PP-3.
- O PP-3 só será efetivamente implementado após a análise da viabilidade técnica e administrativa do plano, que só poderá ser concluída depois do encerramento do período de opção e da definição da massa de participantes que optará pelo novo PP-3.
- Caso o PP-3 não possa ser criado, os participantes que tiverem optado pela migração seguirão no plano de origem.

Análise preliminar

O Plano Petros 3 (PP 3 é uma iniciativa da Petrobrás para redução dos riscos previdenciários assumidos por essa patrocinadora com o seu plano de Previdência complementar, o Plano Petros do Sistema Petrobras PPSPs R e NR)

- A Petrobrás lança o PP 3 aproveitando o sentimento de abandono e desesperança que está tomando conta dos petroleiros em função do desmantelo da companhia e a entrega dos ativos para retirar de suas costas o compromisso histórico que deveria manter com os petroleiros
- Lança o PP 3 no momento em que o PPSP vive seu pior momento, reeditando a proposta do Petros Vida, de retirada de um compromisso previdenciário com os petroleiros
- Gerações de trabalhadores deram suas vidas para construir essa empresa Mas, ao final de nossas vidas, vemos uma nova geração de gestores da companhia rasgarem contratos históricos em nome de uma suposta geração de valor Formos nós que geramos o valor da empresa que eles estão destruindo
- Aproveita se do fato que o PPSP apresentou um grande déficit técnico em 2015 e em 2018 com a cobrança do novo Plano de Equacionamento (conhecido como NPP), o que causa desconfiança entre os participantes e assistidos da Petros
- Há cerca de 7 000 participantes dos PPSPs (NR e R) ainda na ativa e uma parte desses manifestou sua vontade de aguardar a apresentação da proposta do PP 3 para poder decidir inclusive sua saída nos atuais PIDVs
- Já faz dois anos que a Petros tem apresentado superávit nos seus principais planos de previdência, demonstrando que estamos no caminho certo ao cobrar melhorias na gestão da Fundação



Motivações

A maioria das pessoas que querem ir para o PP-3 afirmam que o farão pelos seguintes motivos, basicamente:

1. Por que não confiam na Petros para administrar seus planos
2. Por que na Petros há influência dos governos e da Petrobrás
3. Por que desejam elas mesmas administrarem seus recursos ou migrar seus recursos para outras instituições financeiras
4. Por que a Petrobrás estaria na iminência de ser privatizada
5. Por que desejam antecipar o saque ou resgate de suas reservas
6. Por que não querem enfrentar novos déficits no PPSP
7. Por que desejam se livrar do mutualismo do PPSP

Avalie a melhoria na gestão dos investimentos da Petros

Todas essas motivações são derivadas do fato de que perderam a confiança na Petros pelo que vimos acontecer nos últimos anos. Mas não levam em conta vários elementos importantes de análise.

- A Petros tem tido sucesso por dois anos consecutivos na rentabilização do patrimônio dos PPSPs. Tivemos superávit em 2019 e em 2020.
- O fato de que houve melhoria na gestão interna e maior profissionalização de seus funcionários ajudou muito.
- Mas principalmente, o fato de que estamos cobrando mais e ficando de olho no nosso dinheiro é decisivo para que isso aconteça. Quem ignorou a situação anterior agora se encontra indignado e, ainda que de formas contraditórias, parte para a luta.

Avalie corretamente a influência política nos fundos de pensão:

A influência política obviamente existe na Petros. Assim como existe em outras instituições financeiras, quaisquer que sejam elas.

- A diferença é que na Petros a gente consegue ver com clareza de onde vem e quais são as motivações políticas.

- Em outras instituições financeiras as motivações políti-

cas são mais difusas e levam à ilusão aos participantes de que não existem, o que é um grande erro.

- Aparentemente, quem trabalha com a hipótese de haver influência na Petros mas não em outras instituições do mercado, parece preferir a benção da ignorância a indignação com os problemas reais que vivemos

Avalie corretamente os riscos em gerir seus próprios investimentos:

Algumas pessoas possuem capacidade pessoal de realizar aplicações financeiras. Mas a maioria de nós trabalhou por anos em outras áreas técnicas, operacionais e administrativas. Não é essa a nossa expertise.

- Muito melhor que contemos com profissionais do ramo para nos orientar. Melhor ainda se pudermos, de alguma forma, escolher pessoas para fiscalizar de perto.

- Num fundo de pensão fecha-

do como a Petros podemos fazer isso. Mesmo que erremos, podemos trocar nossos representantes. Em entidades abertas, isso não é possível. Ficamos à mercê do mercado.

- O risco que julgamos poder correr administrando nosso próprio patrimônio pode ser

mitigado se diversificarmos as aplicações. Mas da mesma forma, precisamos diversificar a gestão. Administrar tudo nós mesmos é um grave erro

Avalie corretamente a questão da privatização:

A Petrobrás está sendo privatizada há anos. E nos dois últimos anos esse processo se acelerou, sob o governo de Jair Bolsonaro.

- A falácia da geração de valor aos acionistas encobre a gestão mais entreguista e privatista de todos os tempos, superando todas as gestões anteriores de Collor, FHC, Lula, Dilma e Temer. Todas em alguma medida contribuíram para a entrega de nossas riquezas.

- A atual geração de gestores da Petrobrás se verga à ideolo-

gia de mercado, deixando de ser especialistas em suas funções para serem homologadores de uma gestão medíocre.

- Mesmo assim, não existe motivo algum para nos anteciparmos e “pedirmos para sair” da

Petros. A Petrobrás está abrindo a porteira da Petros para reduzir seus riscos. Mas não para nos beneficiar.

- Eventualmente, mais à frente poderemos ter que tomar decisões difíceis. Até lá, precisamos estar unidos para enfrentar essa situação

Avalie corretamente a questão do saque dos 15%:

O saque antecipado de 15% das reservas para os assistidos, por exemplo, é um verdadeiro tiro no pé. O Leão vai dar uma mordida formidável nos recursos de quem sacar o dinheiro.

- E a migração para um plano do tipo CD (PP-3) ou a portabilidade para outros fundos de pensão pode significar um aumento nos impostos pagos, a menos que haja um longo tempo de permanência no plano.

- A tentação de gastar (ou “meter a mão”) em recursos financeiros economizados por anos para nossa previdência é enorme. Melhor ser **PREVIDENTE**. Esses recursos demoraram 35, 40 anos para serem poupados e vão desaparecer rapidamente se estiverem disponíveis às intempéries da vida. Há soluções menos graves para os problemas que não esgotem a previdência de anos de trabalho.

- Melhor deixar esses recursos para quando você mais precisar. Pense nisso!

Avalie corretamente a questão dos déficits futuros

O PP-3 gera a ilusão de que novos déficits não haverá mas, na verdade, o seu benefício é que será reduzido caso os déficits se apresentem.

- No PPSP, os novos déficits terão que ser enfrentados com planos de equacionamento em que as patrocinadoras são obrigadas a pagar 50%.

- No PP-3, a reserva matemática diminui, diminuindo também o número e o valor das parcelas mensais que o as-

sistido receberá.

- É ilusão achar que portar recursos para o PP-3 evitará novos déficits para você. Os novos déficits serão evitados para a Petrobrás, que não terá qualquer compromisso com você e com o seu plano.

- É ilusão considerar que migrar para o PP-3 deixará de contribuir para os déficits anteriores. Na verdade, você estará pagando esses valores à vista.

Avalie corretamente quanto será seu benefício no PPSP e no PP-3

O benefício dos planos de origem (PPSPs NR e R) é definido a partir do momento de sua aposentadoria.

- Eventuais déficits poderão provocar a redução do benefício definido por instituição de contribuições extraordinárias, aumento das contribuições normais e eventuais reduções de benefícios a conceder.

- No entanto, o benefício do Plano Petros 3 (PP-3), a menos que a rentabilidade do patri-

mônio seja superior à retirada de recursos do plano, sofrerá reduções inevitáveis anualmente.

- O plano PP-3 oferece o benefício por tempo indeterminado, que tem uma “vocação” para ser vitalício, mas não é. Isso significa que, para manter sua “vitaliciedade” o benefício por tempo indeterminado, necessariamente, precisará ser reduzido ao longo do tempo.

Avalie corretamente a questão do mutualismo

Esse argumento é sempre utilizado por algumas pessoas que enxergam no mutualismo uma via de mão única, devido aos desmandos da Petrobrás na Petros ao longo desses anos.

- A questão da utilização dos recursos do PPSP para cobertura dos compromissos da Petrobrás com os pré-70, por exemplo, foi finalmente resolvida,

depois de anos de drenagem de nossos recursos. Com isso, entraram mais de R\$ 4 bilhões nos PPSPs.

- A questão do SOPÃO (relativa ao grupamento pré-78), por exemplo, teve um impacto

importante que está judicializado. Ainda que a “justiça” não se concretize, quem sair do PPSP está abandonando essa

luta e assumindo essa perda.

- No entanto, a migração para o PP-3 não teria o condão de resolver essas questões pretéritas. Somente poderia evitar que ocorressem novos eventos, daqui para frente.

- O custo seria, no entanto, enorme, pois a solidariedade da Petrobrás com o plano não mais ocorreria.

Dúvidas mais comuns

1) Qual é a projeção do número de ativos que migrarão para o PP3 e quantos empregados ativos estão atualmente no PPSP R e NR?	se percentual, o PP3 não é viável. Isso segundo os resultados do case de estudo de liquidez, hipóteses de robustez, isto é, análise de estudo em que as condições impostas são as mais adversas (pior caso).	- Os números na base de maio 2020: - PPSP Repactuados: 5559 ativos, sendo 2210 BPO e 32535 assistidos; - PPSP Não Repactuados: 1176 ativos, 9535 assistidos.
2) Qual é o critério da avaliação técnica pós migração? São 27% de aposentados a mais que os ativos? Isso em quantidade de migrados ou valor de migração? E é o único item a avaliar?	- Não é quantidade de migrados e sim valor de reserva de migração individual (RMI). - Para cada R\$ 1 bi de valor de reserva de empregados ativos migrados deve existir R\$ 1,24 bi	de valor de reserva de assistidos migrados, isso também segundo o estudo de liquidez e hipóteses de robustez do plano. - Isso é premissa e não pode mudar
3) Quais as alterações solicitadas pela Previc e em que impactam a proposta original?	missa inicialmente estabelecida. - A mudança mais relevante foi expressar de forma clara a forma de correção da dívida da Petrobras (valor a ser aportado	no PP3, em parcelas semestrais, ao longo de até 7 anos no cenário estudado), a qual será corrigida pela meta atuarial (IPCA + juros).
4) A reserva individual “calculada” para a migração de cada integrante do PPSP não tem ligação com o que o ativo ou assistido contribuiu para o plano. O PPSP é mutualista e o fundo é comum, assim, não existe uma contabilização individual de reservas. O cálculo da reserva matemática é feito a partir do compromisso futuro. Por exemplo:	- a) alguém pode ter se aposentado há muito tempo, contribuiu muito pouco, teve que sair por invalidez e já recebe há 30 anos. O “saldo” desse cidadão, se fosse ser calculado, seria negativo. Ele é sustentado pelo mutualismo. b) alguém que contribuiu 40 anos e saiu faz pouco tempo, o “saldo” desse cidadão seria bem	maior que o calculado no critério de migração. - Como evitar que isso prejudique aqueles que fiquem no PPSP? - Esse é um dos principais motivos pelo qual somos contra a proposta do PP-3. Apesar da legislação permitir, essa situação, em nossa opinião, contraria os princípios da existência dos planos de benefício definido.
5) Alguma possibilidade de se melhorar o valor das reservas? Qual pode ser a oscilação, para cima ou para baixo, comparativamente à última proposta?	- Expectativa de pequenas variações, para mais ou para menos, compatível com os resultados de rentabilidade 2020, bem como de ajustes de contri-	buições e benefícios, situação que se diferencia entre ativos e aposentados, entre o período de maio de 2020 e o do recálculo.

Avalie corretamente seu patrimônio de migração:

Com isso, inevitavelmente, seu patrimônio, ou seja, sua reserva de migração individual, ao longo dos anos irá se reduzindo E é isso que reduz o seu benefício que, concedido por tempo indeterminado, será um percentual não superior a 0 65 do valor de sua reserva	formato do PP 3 oferecido pela Petrobrás - Repetimos o benefício do Plano Petros 3 (PP 3 a menos que a rentabilidade do patrimônio seja superior à retirada de recursos do plano, sofrerá reduções inevitáveis anualmente, provocadas pela redução normal das reservas existentes em função do pagamento de benefícios
- Esse fenômeno acontece em qualquer plano de contribuição definida como é o	

6) Qual o valor atual (\$) do passivo judicial colocado como compromisso futuro dos PPSP R e NR, gravando PEDs, e quanto representa percentualmente esse passivo em relação ao valor total dos recursos garantidores dos PPSP R e NR ?	patrimônio do plano. - Passivo judicial PPSP R é estimado em cerca de 2% do patrimônio do plano. - Base: maio de 2020 - Esses valores variam com o tempo e correspondem ao montante da classe de contingências entendida como “prováveis” (há outras duas: possíveis e remotas).
- Passivo judicial PPSP NR é estimado em cerca de 6% do	

7) A proporção entre ativos e assistidos do PPSP tem influência na expectativa de rentabilidade do PP3, estimada na última simulação em 2,11%?	les que irão migrar. Tanto os saques como a portabilidade geram a necessidade de liquidez. - A permanência de assistidos no plano ajuda a dar essa liquidez, mas em prejuízo de seus próprios benefícios que sofrerão as perdas resultantes dessa necessidade de liquidez. - Em outras palavras, a rentabilidade do PP-3 será afetada pela necessidade de recursos para os três primeiros anos, o que impedirá aplicações de médio e longo prazos.
- Essa taxa é resultante do estudo de liquidez realizado pelos técnicos da Petros. - O patrimônio dos assistidos que migrarem para o PP-3 (que não poderão migrar para fora da Petros) é fundamental para que o patrimônio do novo plano possa suportar a necessidade de liquidez requerida por aque-	

8) Existe uma eventual tendência de redução do benefício concedido por tempo determinado do PP-3? Por quais motivos?	tente no PP-3, provocando uma redução do benefício a ser percebido pelo assistido. - B) Na medida do envelhecimento da massa de participantes, há uma tendência de agravamento da tábua de mortalidade, o que provoca também uma redução do benefício percebido
- Sim. - Existem dois motivos básico: - A) Na medida da utilização dos seus recursos, haverá redução da reserva matemática exis-	

TODOS CONTRA O PP-3

Na história recente da luta dos petroleiros e marítimos, houve dois momentos em que tivemos a unidade de todas as entidades sindicais e associativas dessas categorias.	Assassino e em defesa do PPSP. - Nessa luta estiveram juntas todas as entidades sindicais da FENASPE, FNP, FNTTAA e FUP. Todos os grupos de opinião e organizações estiveram juntas para salvar o PPSP.	- Agora se apresenta um segundo momento, quando todos novamente se unem para lutar contra a implantação do PP-3, contra essa proposta da Petrobrás que somente visa a reduzir seus encargos e riscos previdenciários.
- O primeiro momento foi a luta contra o chamado PED		TODOS CONTRA O PP-3

Atenção, trabalhadores (as)!

Para garantir teto da Petros, FNP cobra que empresa estenda prazo de saída pelo PIDV de quem tem menos de 55 anos

A FNP identificou uma situação que pode ser vista como má fé por parte da gestão bolsonarista no comando da Petrobrás, que, se aproveitando da adesão dos trabalhadores com menos de 55 anos ao PIDV, tem os dispensados antes do previsto, pois assim não alcançam o teto do benefício da Petros.

Para o sindicato, adiantar as aposentadorias antes da idade mínima segue uma lógica estritamente econômica, mas nada prática e muito prejudicial para toda força de trabalho.

A categoria que já está com efetivo reduzido, com falta do quadro mínimo em algumas unidades operacionais, tem enfrentado ainda muitas baixas, tanto pelas saídas pelo PIDV, quanto pela pandemia, que tem afastado muitos trabalhadores, sobrecarregando os que ficam. Portanto, nada justifica a saída antecipada de quem quer ficar pelo menos

até os 55 anos e garantir o benefício da Petros pelo teto

Mesmo com nosso empenho em denunciar os danos da falta de efetivo e cobrar novos concursos, a empresa não cogita novas seletivas. Diante desse quadro, em reunião no dia 16 de março, a FNP decidiu que irá agendar reunião com a Petrobrás, para discutir os casos dos petroleiros que querem continuar na empresa até completarem 55 anos.

Para isso, os sindicatos farão levantamento em suas bases para saber quem tem interesse em permanecer na empresa até alcançarem os 55 anos. O levantamento será neste mês de março e os interessados em estender a data de saída pelo PIDV devem apresentar: nome completo; unidade que opera; data de desligamento apontada pela Petrobrás e a data de desligamento desejada pelo funcionário.

Nas bases do Litoral Paulista, os casos que chegaram até



a diretoria do Sindipetro-LP são da Alemoa e da RPBC. Na Alemoa estão programados desligamentos já em outubro, mesmo com alguns trabalhadores com menos de 55 anos tendo manifestado interesse em continuar na empresa até garantirem a idade limite. Na refinaria, houve prorrogação

de seis meses para um dos casos, mas ainda assim, em janeiro serão dispensados trabalhadores que ainda não completaram a data limite para receberem o teto da Petros.

Portanto, solicitamos que os trabalhadores que se enquadram nas situações que apre-

sentamos, procure o sindicato, enviando os dados citados acima para secretaria@sindi-petrosantos.com.br, identificando no assunto "Dados para prorrogar saída pelo PIDV".

Para aqueles que pretendem sair na data que a empresa apresentar, basta que não se manifestem.

Pagamento indevido

Sindicato solicita envio de holerites para ação de cobrança de DSR/RSR

A categoria petroleira vem notando, ao longo dos meses, que o Sistema Petrobrás tem feito equivocadamente o repasse das horas extras decorrentes do banco de horas sem o reflexo do Descanso Semanal Remune-

rado (DSR)/Repouso Semanal Remunerado (RSR). O DSR/RSR é um dos direitos fundamentais do trabalhador brasileiro, previsto expressamente no artigo 7º, inciso XV, da Constituição da República. Diante disso, a

Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) enviou ofício para a empresa cobrando explicação sobre o ocorrido.

Em contrapartida, o jurídico do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista entrará com

uma ação requerendo, através da justiça, o pagamento desse direito garantido por lei. Por isso, solicita que os trabalhadores e trabalhadoras lotados (as) nas bases do Litoral Paulista enviem através do e-mail

imprensa.sindipetrolp@gmail.com com os últimos três holerites, nome completo, unidade e número de matrícula da empresa. É importante destacar que no assunto do e-mail deve vir escrito "DSR/RSR".

RPBC

Categoria não descarta paralisação frente ao descaso com o coronavírus durante parada de manutenção

Apesar da categoria ter aceitado a proposta da gerência da RPBC de não alterar o Total de Horas Mensais (THM) e de cancelar a redução do quadro mínimo dos técnicos de segurança, suspendendo assim a greve aprovada em assembleias em fevereiro, os petroleiros da RPBC estão preocupados com os rumos da parada de manutenção na refinaria, que tem colocado a unidade em risco de um novo surto de covid-19.

Com o início da parada de manutenção, a refinaria chamou um grupo de petroleiros vindos de outras unidades para substituir os trabalhadores que pegaram covid-19. No entanto, até o momento as pessoas que tiveram contato com os trabalhadores doentes não foram testadas e seguem trabalhando, podendo estar transmitindo a doença para os colegas e para a comunidade.

Para receber os trabalhadores de fora, a refinaria criou uma super estrutura de container, aberto, que é chamado de “Centro de Comando da Parada”. Porém, durante o dia, não há controle algum do número de pessoas dentro do aparato.

Mesmo após cobranças do sindicato a RPBC não apresentou nenhum mecanismo de controle

de número máximo de pessoas em espaços confinados.

Com a reforma da CCL-5, os trabalhadores da UFCC, que estão sem local adequado em cada área para descanso e atendimento, também estão atendendo no container.

Os trabalhadores dos turnos têm se queixado do atraso na saída dos ônibus, cuja espera tem sido de cerca de 30 minutos além dos 30 minutos de tolerância previsto no ACT. Com isso, além de atrapalhar a rotina de todos, mantém por mais tempo aglomeração na espera do transporte, expondo os trabalhadores. Enquanto isso, os responsáveis por “organizar” o transporte para o chão de fábrica usam táxis individuais, no horário que precisam, sem risco de contato com outros a não ser o motorista.

Durante as refeições são vistas filas e mais filas no refeitório, mas ao invés de aumentar os postos de atendimento, o único controle feito pelo gerente geral é ficar regulando quem está conversando nos refeitórios.

O sindicato reportou todos esses desvios na RPBC ao RH, que por sua vez resolveu alguns problemas, como mudar o vestiário dos petroleiros visitantes que estavam usando a estrutura da



CCL, enviando-os para outro local. Apesar da falta de cuidado da gerência da refinaria, os trabalhadores têm se esforçado para controlar o contágio na CCL, onde não permitem sequer que dois encarregados entrem simultaneamente para tirar PT.

Sem transparência para os cuidados com os trabalhadores terceirizados. Já para o trabalhador terceirizado a realidade é ainda mais dramática. Além dos riscos de serem infectados pelo coronavírus, uma vez que a maioria dos trabalhos na parada são de forma confinada, em locais não preparados para habitação humana, há ainda o risco de que fiquem sem receber salários e benefícios,

como tem acontecido com muitas empresas. Para o sindicato, a Petrobrás peca em não analisar a fundo as empresas que contrata, que muitas vezes não têm em reserva sequer os valores para a rescisão de contrato em caso de uma eventualidade.

A parada de manutenção é importante para manter os equipamentos em dia e, principalmente, gerar renda em meio ao desemprego que alcançou mais de 14 mil pais e mães de família, que perderam emprego durante a pandemia na região, no entanto, manter os trabalhadores em risco de contágio, apenas com uso de máscaras e álcool em gel e testes rápidos a cada 14 dias, conforme anuncia a

empresa, não é o suficiente.

Com todos os problemas de contenção da pandemia dentre os petroleiros próprios, a empresa não deixa claro de que forma está controlando os exames quinzenais de COVID-19 dos trabalhadores contratados. Logo, não é possível ter certeza se os terceirizados estão sendo testados ou não, apesar da nova variante do vírus já estar circulando entre nós.

Os petroleiros também reclamam da falta de testes de covid em funcionários terceirizados no período da noite e tampouco tivemos resposta de como a refinaria está fazendo esse controle.

A gestão no comando da empresa segue com a rotina de trabalho como se não houvesse vírus, ou, o que é pior, negando seu poder letal sobre os organismos.

Diante do pouco caso que os gestores da unidade estão levando a situação, a categoria não descarta uma nova paralisação, pois se em fevereiro se questionava justamente a falta de segurança na unidade, hoje, com a parada de manutenção a pleno vapor, os riscos continuam, porém, potencializado por um número ainda maior de trabalhadores, que em um eventual surto, poderá alcançar muito mais pessoas fora dos muros da RPBC.

Sindipetro-LP realiza assembleia de prestação de contas

O Sindipetro Litoral Paulista realiza no dia 30 de março, às 17h30, Assembleia Geral para debater e deliberar sobre o balanço orçamentário de 2020, com a apresentação dos gastos realizados pelo sindicato no ano passado. Em função da pandemia e das novas determinações do governo do Estado, o pleito será realizado por videoconferência através do Microsoft Teams no link <https://tinyurl.com/yhkzkb7>. Os participantes poderão tirar dúvidas através do chat.